

# Tancredo



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da  
Academia Brasileira de Letras

Na semana que passou, escrevi sobre a sacralidade da democracia dizendo que ela devia ser um dogma na consciência de cada um. O tema tinha a imposição da data de 15 de janeiro, quando o Brasil, há 40 anos, via surgir a volta da democracia. Nessa data, fomos eleitos, Tancredo Neves e eu, presidente e vice-presidente, na forma da Constituição.

Tenho, ao longo desses 40 anos, preservado a memória de Tancredo Neves para manter a minha obrigação moral de lembrá-lo como um dos heróis do sentimento democrático do país. A história o tinha preparado para esse processo de derrubada do regime autoritário. Tancredo foi escolhido candidato justamente porque inspirava confiança ao país, pelo seu passado e pelos atos que marcaram sua coragem e sua determinação.

Na sua biografia como ministro de Getúlio Vargas, fora leal até o fim, acompanhando-o até a tragédia do seu suicídio. Nós o encontramos chorando, comovido, no enterro de Vargas, fazendo uma apaixonada oração fúnebre, na qual não pregava a revolta pelo que tinha acontecido, mas a conciliação, sua marca. A vingança não tinha lugar em seus lábios e, ao contrário do que os outros oradores pregavam, ele abandonava o sentimento de revolta para assumir a bandeira da conciliação nacional, pedindo que o Brasil não

se dividisse no sangue e no gesto de Vargas.

Com Juscelino Kubitschek na crise da maioria absoluta, é Tancredo quem costura a solução, concretizada na posse do presidente. Juscelino sai brilhantemente da ameaça de não assumir a presidência para o sucesso do seu governo e a construção de Brasília, que o levou a um lugar grandioso em nossa história.

Tancredo foi preparado para desempenhar esse papel de conciliador, na ultrapassagem do regime militar em 1985, no ponto mais alto de sua carreira, comandando a engenharia política que nos levaria ao 15 de janeiro de 1985, que hoje lembramos e comemoramos: 40 anos de democracia.

No martírio da sua posse, surpreendido pela doença que finalmente o levaria à morte, sua preocupação em não se deixar operar para tomar posse não era uma vaidade pessoal, mas o ideal muito mais alto de concluir a transição democrática. Ele receava a volta dos militares diante da resistência do presidente Figueiredo de transmitir o poder ao vice-presidente, invocando uma inimizade pessoal comigo. Ouvi do ministro Leitão de Abreu — logo depois da retirada de uma comissão composta por Ulysses Guimarães, Leônidas Pires Gonçalves e Fernando Henrique — que, quando lhe comunicaram a decisão da minha posse, o general Walter Pires, ministro do Exército, lhe visitou e afirmou que iria imediatamente voltar ao ministério e dirigir-se aos comandos do país inteiro para juntos pedir a continuidade do governo do presidente Figueiredo e abortar a transição para a democracia.

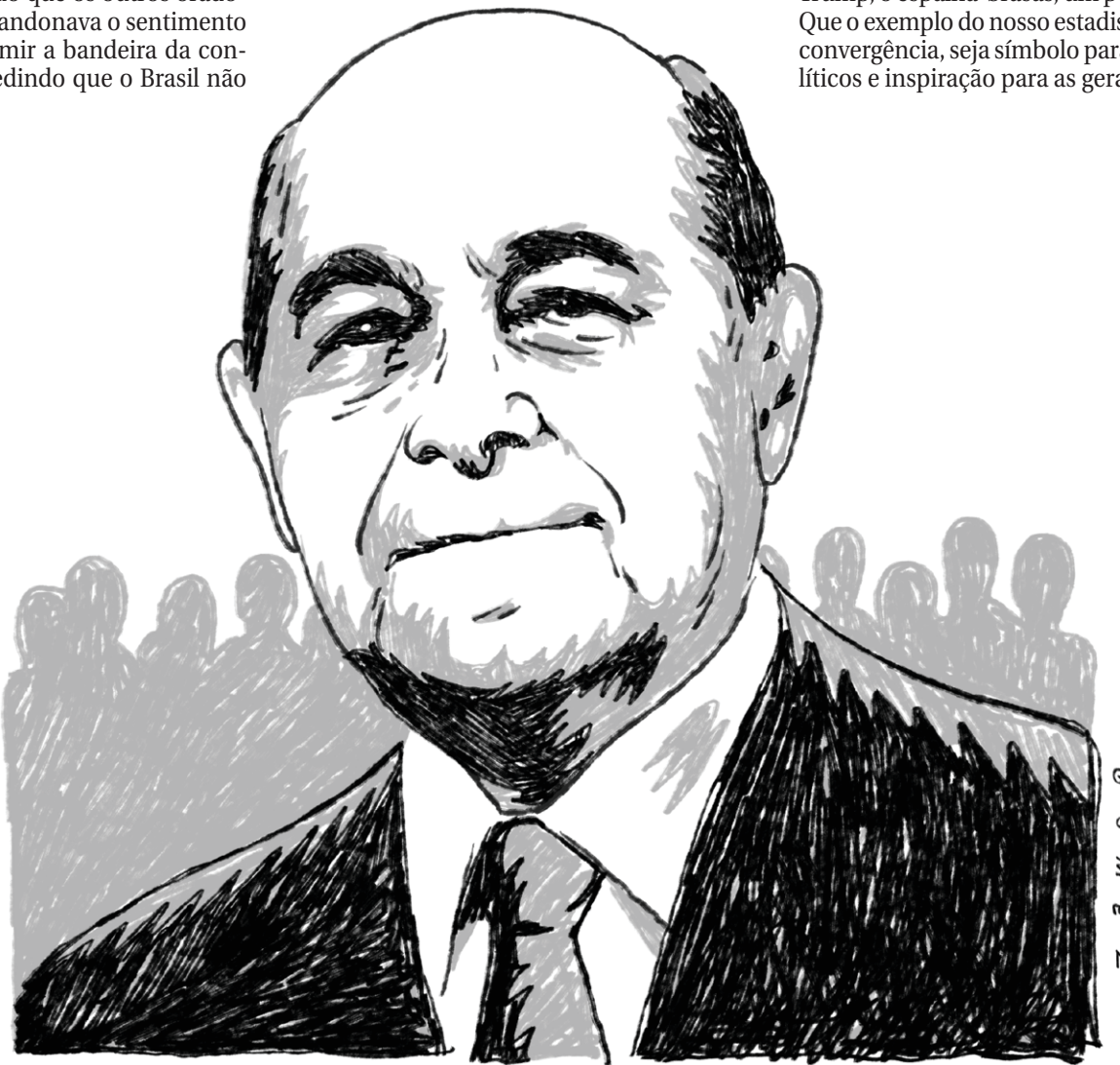
O ministro Leitão conta ainda que, nesse instante, o dissuadiu com o argumento de que

ele já não era mais ministro do Exército, uma vez que o *Diário Oficial* publicara a sua exoneração do ministério. Assim, a democracia não morreu naquela noite. E Tancredo, quase agonizante, resistia à sua operação, que todos os médicos julgavam salvadora. Para movê-lo dessa resistência, o seu sobrinho Dornelles contou-lhe uma inverdade: a de que havia estado com o presidente Figueiredo e este assegurara que transmitiria o governo à minha pessoa. A preocupação de Tancredo era a conclusão do processo democrático e, com essa comunicação do Dornelles, ele julgava que sua missão estava concluída e a transição democrática, realizada. Disse aos médicos: “Agora podem me operar. Nossa luta está vitoriosa”.

É justamente por isso que Afonso Arinos disse que muitos brasileiros deram a vida pelo Brasil e Tancredo deu a morte. Sua grande virtude e ação como político era o que Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, encarnou no Império: a conciliação. Seu sonho de assumir a Presidência não era oportunismo, nem uma opção pragmática e circunstancial, e, sim, uma questão de princípios: unir o país e não deixar que o medo de represálias fosse o combustível da continuidade do autoritarismo.

No momento, assistimos à maior nação do mundo, os Estados Unidos, vacilar no exemplo dos ideais dos pais fundadores da democracia americana e no sonho de Jefferson da busca da felicidade. Trump nega esse destino dos Estados Unidos de solidariedade, de luta pela democracia liberal e liberdade de mercado com ameaça de uso de sanções, na tese de que uns são condenados à salvação, e outros, à perdição.

Tancredo é o estadista conciliador e Trump, o espalha-brasas, um político menor. Que o exemplo do nosso estadista, de união e convergência, seja símbolo para todos os políticos e inspiração para as gerações futuras.



## Florestas urbanas e a iminente destruição de um bosque no Gama



» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO  
Engenheiro florestal,  
conselheiro do Conama,  
representando a sociedade  
civil da Região Centro-Oeste

Florestas existentes em perímetros urbanos, naturais ou plantadas, são essenciais para a boa qualidade de vida das populações que vivem nas cidades. Geram conforto térmico, aumentam a infiltração em solos expostos, diminuem alagamentos, protegem mananciais, abrigam a biodiversidade, removem dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) da atmosfera e aumentam a resiliência de áreas urbanas frente aos impactos adversos da mudança do clima.

Acrescenta-se a isso o fato de florestas urbanas serem essenciais para proporcionar à população, em locais próximos às moradias, momentos de contatos com a natureza que favorecem a saúde humana, especialmente a mental, caracterizando-se como uma das estratégias de apoio psicossocial. É muito agradável fazer caminhadas e desfrutar de áreas sombreadas, escutar o barulho dos pássaros, ter contato com árvores e outras plantas de diferentes espécies, enfim, respirar ar puro. Bom para o corpo e bom para a mente.

O Plano Piloto de Brasília e os lagos Sul e Norte têm uma posição privilegiada no que se refere à existência de áreas verdes em todas as

suas extensões. O mesmo não acontece com a maioria das demais cidades das regiões administrativas do Distrito Federal. Aliás, carecem bastante de áreas verdes. É necessário que o Governo do Distrito Federal (GDF) implemente uma forte política pública visando à formação de florestas urbanas e outras áreas verdes em todas as cidades do DF.

Até o momento, o que se vê são algumas medidas tímidas para implementá-las e um forte lobby para alteração de áreas rurais, que ainda têm áreas de Cerrado, em áreas urbanas, conforme vem acontecendo com as revisões do Plano de Ordenamento do Território do DF (PDOT) ao longo da história e que está se repetindo com a atual revisão.

Visando diminuir essas diferenças e fazer frente às mudanças climáticas que já estão acontecendo em nosso “quadrado”, o GDF lançou, em 2021, o Plano de Enfrentamento aos Impactos Adversos da Mudança Global do Clima para Reduzir as Vulnerabilidades e Ampliar a Adaptação no Distrito Federal. Entre as medidas abordadas no plano, uma das principais refere-se à formação e à manutenção de florestas urbanas objetivando ampliar áreas verdes nas cidades do DF.

Contrariando o que está no referido plano de enfrentamento e no bom senso que deveria pautar as ações do poder público, o GDF está prestes a realizar algo extremamente nocivo e inaceitável a um bosque localizado na cidade do Gama, na SHIS Norte. Sob a justificativa de implantar no local

um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), serão derrubadas dezenas de árvores de espécies nativas do Cerrado e exóticas, plantadas há cerca de 50 anos pela própria comunidade. Além da contradição do ponto de vista ambiental, um bosque como esse é de extrema importância para o próprio trabalho dos centros de atendimentos psicossociais. Trata-se de uma dupla contradição.

Será que esse plano de enfrentamento é mais um que ficará apenas no papel? Ou será que foi elaborado para mostrar à população que o governo está “preocupado” com o enfrentamento às mudanças climáticas sem o real compromisso com a sua implementação?

Resalte-se que no Gama há outras áreas, inclusive mais bem localizadas, para receber o referido Centro de Atenção Psicossocial. Entendo ser inconcebível o próprio GDF derrubar árvores dentro da cidade em área utilizada pelas comunidades locais, desrespeitando o valor histórico, ambiental e social, agindo de forma contrária ao que se defende e planeja-se para fazer frente às mudanças climáticas.

A comunidade do Gama, especialmente moradores próximos ao bosque e ambientalistas, tem feito uma série de manifestações contrárias à localização de implantação do CAPS e pela manutenção do bosque. Quero crer que o senhor governador Ibaneis não esteja sabendo o que está acontecendo e que determine que o CAPS seja construído em outra localidade da cidade. Árvores são para serem plantadas e cuidadas, e não derrubadas!

## A tragédia silenciosa na educação na América Latina



» MÁRCIA FERRÍ  
Gerente de projetos de Políticas Públicas em Alfabetização no Instituto Natura

» KARINA STOCOVAZ  
Diretora do Instituto Natura na América LatinaW

América Latina é uma região marcada por paradoxos. Apesar de ser uma das áreas com maior desigualdade no mundo, conta com uma população expressiva de 657 milhões de habitantes e um PIB de mais de US\$ 5 trilhões. Embora tenha avançado no acesso à educação básica, incluindo 95,5% das crianças e jovens nos sistemas educacionais, enfrenta uma tragédia silenciosa: entre as mais de 61 milhões de crianças latino-americanas em sala de aula nos anos iniciais, milhões frequentam sem aprender. Na América Latina, apenas 55,7% das crianças estão alfabetizadas na idade adequada, segundo médias regionais.

Esse fenômeno, conhecido como pobreza de aprendizagem, ocorre quando crianças chegam aos 10 anos de idade sem saber ler adequadamente. De acordo com o Banco Mundial, combater esse problema é tão urgente quanto eliminar a fome ou a pobreza extrema. Entre os países mais populosos da região, os números mostram discrepâncias alarmantes. Por exemplo, o Brasil alfabetiza apenas 56% das crianças no tempo certo, enquanto a Argentina 57%, o Chile 63%, México 71% e Colômbia 46%. O Peru apresenta um índice ainda menor, de 33,5%. Em consequência, mais de 6 milhões de crianças por ano têm seu percurso escolar comprometido. Esse cenário contribui para altas taxas de evasão escolar: 27% na Argentina, 31% no Peru, 38% na Colômbia e 46% dos jovens evadem no México. O que observamos também é que muitos jovens terminam os anos escolares sem saber ler e escrever — na Argentina são 43%, no Peru 47%, na Colômbia 39% e no México 34%, perpetuando um ciclo de exclusão social e econômica.

A pandemia de covid-19 agravou ainda mais essa situação. No Brasil, por exemplo, o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa caiu de 55% em 2019 para 35% em 2023. Esse retrocesso reflete sistemas educacionais excludentes e frágeis, onde apenas uma parcela dos alunos conclui a educação básica com conhecimentos adequados.

Já é sabido, no campo de estudo das políticas públicas, que as deficiências na aprendizagem não se dão somente devido às formas como o ensino e a aprendizagem se efetivam, mas também às forças políticas profundas que causam a persistência desses problemas. Por isso, é fundamental que as lideranças políticas e técnicas dos países olhem para a questão da alfabetização como prioritária e foquem seus esforços políticos e técnicos para superar o problema do analfabetismo. Saber ler bem é condição imprescindível para ter sucesso ao longo da trajetória escolar.

O investimento educacional na América Latina, que é de em média US\$ 3 mil por aluno ao ano, é muito inferior à média dos países da OCDE, que alcança US\$ 10 mil anuais. Além das questões relacionadas ao investimento, observam-se pontos relacionados à infraestrutura, gestão da máquina pública, baixa prioridade política, políticas públicas fragmentadas e com descontinuidade, desvalorização e preparo de docentes para estarem na sala de aula, falta de sistemas de avaliação e de distribuição de material didático.

Apesar das dificuldades, há iniciativas promissoras em andamento. No Brasil, o governo federal lançou em 2023 o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que conta com a adesão de 27 estados, 26 capitais e 99,8% dos municípios. Observa-se também um grande empenho por parte de estados e municípios na criação e implementação de políticas públicas voltadas à alfabetização. Além disso, em setembro de 2024, o governo federal apresentou o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, uma iniciativa destinada a reconhecer o trabalho das secretarias de Educação no processo de alfabetização das crianças brasileiras, destacando os avanços obtidos ao longo do ano.

Na Argentina, no fim de maio, os 24 ministros da Educação provinciais, junto com o secretário de Educação da Nação, assinaram o Compromisso Federal pela Alfabetização, que busca enfrentar o urgente desafio do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Por sua vez, as províncias estão desenvolvendo seus planos e políticas jurisdicionais para lidar com a questão, incluindo ações, como a realização de diagnósticos, a formação de professores e a distribuição de materiais, entre outras iniciativas.

No México, ações contundentes estão sendo implementadas por secretarias estaduais para priorizar os aprendizados fundamentais. Além disso, países como Colômbia, Chile e Peru têm visto movimentos da sociedade civil e do setor público buscando soluções para o problema.

A alfabetização é uma ferramenta essencial para a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Saber ler bem não garante, por si só, o sucesso escolar, mas é uma condição indispensável para que os jovens possam prosperar ao longo da vida. É fundamental que os governos latino-americanos priorizem a alfabetização, reconhecendo que ela é um pilar para combater a desigualdade e construir sociedades mais justas. O caminho é desafiador, mas experiências recentes mostram que é possível reverter esse cenário. Os esforços desses países parecem mostrar que a região segue por um caminho de priorizar o tema e acabar de vez com a pobreza de aprendizagem, que é um dos problemas raiz do baixo desenvolvimento de nossas nações. Investir em educação de qualidade é investir no futuro da região.

A América Latina precisa romper com a tragédia silenciosa de sua educação. O momento de agir é agora.